SUCURSAL DE BRASÍLIA

Gustavo de Faria se defende e processa Gasparian

Em entrevista exclusiva, o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) defendeu-se ontem das denúncias de irregularidades em sua administração no Instituto de Previdência dos Congressistas, afirmando que provará junto ao IPC e ao Congresso que todas as aplicações financeiras em sua gestão foram feitas de forma correta. "Não houve qualquer irregularidade, e o IPC saiu lucrando das operações" — frisou Gustavo de Faria, desafiando seus acusadores a apresentarem provas de desvio de recursos ou má gerência.

E anunciou que já pediu à mesa da Câmara o enquadramento do deputado Fernando Gasparian (PMDB — São Paulo) por falta de decoro parlamentar. "Vou também processá-lo criminalmente, por calúnia, crime para o qual não há imunidade parlamentar. Gasparian pode pegar cadeia". — advertiu Gustavo.

Faria: Processarei todos aqueles que me condenaram antes da apresentação da defesa"

Deputado, o movimento em favor da cassação de seu mandato vem ganhando adesões na Câmara Federal. Diversos parlamentares têm dado declarações em que criticam sua administração no IPC. Como o sr. está encarando esse movimento pela sua cassação?

GF — Por ser um órgão político, o Congresso é uma instituição que inicialmente sempre reage de forma emocional, somente passando a se ater a fatos concretos quando o assunto começa a ser examinado com maior profundidade. No momento, ainda estamos na fase emocional. Quando todos os parlamentares tiverem conhecimento de minha defesa no tocante ao IPC, tenho certeza que ficarão envergonhados por terem me julgado e condenado antes mesmo que fosse apresentada minha defesa. Ficarão arrependidos por não terem me concedido o benefício da dúvida. Não serei cassado, porque provarei que fiz um excelente trabalho no IPC. Além disso, não tenho vocação para bode expiatório.

Por que o sr. acha que está sendo usado como bode expiatório?

GF — A classe política tem sido objeto de permanente campanha na imprensa, em que são denunciados estarrecedores casos de nepotismo e irregularidades. Agora, com uma velocidade espantosa, fala-se em me expulsar do PMDB e até cassar meu mandato, antes mesmo de ser encerrada a apuração do IPC. Como diz o deputado Rubem Medina, o que a classe política quer é encontrar um bode expiatório para dar uma demonstração de lisura à opinião pública. Estou cumprindo meu segundo mandato e nunca havia sofrido qualquer acusação de irregularidade ou nepotismo. Jamais contratei parentes para trabalhar em meu gabinete, apesar de ter três filhos que poderiam estar a meu lado, prestando assessoria, mas acho que seria antiético.

"Em minha gestão o IPC teve um crescimento jamais alcançado"

Desculpe deputado, mas os parlamentares que pedem sua cassação argumentam justamente que o senhor não teria agido de maneira correta e ética na presidência do IPC.

GF — Negativo. Querem a cassação por uma questão de limpeza de imagem. Para concretizar a perda do meu mandato, porém, eles têm obrigação de examinar o assunto em profundidade. Jamais podem votar uma cassação sem me conceder o direito de defesa. E vou provar que fiz uma excelente administração no IPC. Em minha gestão, o Instituto teve um crescimento jamais alcançado. Em 86, por exemplo, antes que eu assumisse, a renda patrimonial decorrente de operações financeiras foi de apenas 69 milhões de cruzados. Em 87, já na minha administração, o resultado foi de 540 milhões. E em 88 ultrapassamos a 5 bilhões e 600 milhões de cruzados. O número de associados, em minha gestão, passou de 2.473 para 5.722. Toda a administração foi informatizada e implantamos o sistema de microfilmagem de documentos. Além disso, as pensões e benefícios tiveram aumento de dez a vinte vezes, em termos reais, já descontada a inflação. Sei que fiz uma ótima administração, não acha?

Realmente. Mas a acusação contra o senhor não se refere à administração propriamente dita, mas ao caso da compra das debêntures do grupo Modiano, devido à diferença de preços e a intermediação. O ponto central são os papéis da Eletrobr,as. O sr. alega que eles valiam apenas 600 milhões de cruzados antigos em dezembro de 88. Como justificar que o IPC tenha pago por eles 1.312 milhões?

GF — A resposta é simples. O IPC não pagou esse valor pelas chamadas eletros. O IPC entregou em pagamento Títulos da Dívida Agrária, e não dinheiro. Na verdade, em agosto, quando foi feita a troca dos TDAs por eletros, ambos os papéis valiam em torno de 350 milhões de cruzados.

Se valiam a mesma coisa, porque foi feita a troca?

GF — A troca se justificava porque os TDAs passaram a ter seu valor questionado, devido à polêmica entre o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o ministro Maílson da Nóbrega. Embora os TDAs do IPC não tivessem sido todos emitidos durante o Plano Cruzado, o Ministério da Reforma Agrária passou a não resgatar os títulos ou sequer pagar os juros vencidos, o que provocou a queda abrupta de seus preços no mercado.

E com relação à compra desses TDAs, que ocorreu em fins de 87, por valor aproximado de 350 milhões de cruzados antigos?

GF — Creio que pouco há a explicar. Foram comprados com deságio antes da polêmica entre Saulo e Maílson. Se o preço de mercado foi aviltado devido a esse problema interno do Governo, não posso ser responsabilizado. Mas tomei providências para evitar prejuízos ao IPC.

Então, por que surgiram as notícias de que essas operações teriam causado ao IPC prejuízos de 10 milhões de dólares?

GF — Não sei. Deve ser problema de falta de escolaridade e deficiência em matemática. A única operação que poderia ser considerada prejudicial, como já demonstrei, seria a compra dos TDAs e sua posterior revenda pelo mesmo preço. Porém, esse prejuízo ninguém poderia prever. Os TDAs sempre valeram 5 OTNs cada um. Após o IPC ter comprado esses papéis, de repente seu valor passou a ser depreciado. Não posso ser responsabilizado pela existência de uma polêmica na cúpula do Governo. Para evitar prejuízos ao IPC, trocamos esses títulos por eletros no valor financeiro de 1,3 bilhão de cruzados, embora no mercado só valessem 350 milhões. E depois as eletros entraram no negócio das debêntures pelo valor de 2,7 bilhões, embora à época só valessem 650 milhões. Como concluir que essas operações deram prejuízo ao IPC?

O sr. alegou que o IPC fez um bom negócio na compra das debêntures, por ter conseguido 2,7 bilhões de cruzados antigos pelas eletros, que na verdade só valiam 650 milhões. Pode explicar melhor essa operação?

GF — Foi um ótimo negócio, porque na compra das debêntures o IPC conseguiu um deságio imediato de 2,1 bilhões de cruzados. Adquirimos 4,4 bilhões de cruzados em debêntures, desembolsando apenas 2,3 bilhões: 1,7 bilhões em dinheiro e 600 milhões em eletros. Mesmo que o IPC tivesse realmente desembolsado os 4,4 bilhões de cruzados, estaria fazendo um bom negócio, porque três dias após o fechamento da operação as debêntures já estavam valendo 5,1 bilhões, devido à elevação da OTN de dezembro para janeiro. Como se vê, o negócio das debêntures foi fechado para recuperar as perdas que tiveram os TDAs. Se você fizer a conta vai verificar que conseguimos negociar os TDAs pelo preço de aquisição, com correção monet,aria, e o mesmo ocorreu em relação às eletros, enquanto as debêntures foram compradas com forte deságio. Assim, os prejuízos que o IPC poderia ter acabaram compensados pela operação das debêntures, que foi altamente lucrativa.

Então, não existe prejuízo algum do IPC?

GF — Claro que não. Teria ocorrido prejuízo se o IPC tivesse comprado por 5,1 bilhões de cruzados algo que só valesse 2,7. Quem deve ter tido prejuízo ou vai tê-lo quando resgatar as debêntures deve ser o grupo Modiano, que fez a operação inversa.

E os intermediários, como surgiram na operação das debêntures?

GF — O negócio foi feito com a Fundasemg, órgão previdenciário do Governo de Minas, cujo presidente me telefonou oferecendo as debêntures, e a corretora Credimus, que nos comprou os títulos da Eletrobrás, segundo seus diretores, por conta e ordem de clientes da própria corretora. Para o IPC não interessa se houve intermediação. O que analisei, como presidente do órgão, foi o negócio que me ofereceram, e o considerei muito proveitoso, pois o grupo Modiano é sólido e tem patrimônio avaliado em cerca de 100 milhões de dólares.

Mas o diretor do grupo, Umberto Modiano, afirma que o negócio foi ruim.

GF — Só se foi ruim para ele, Modiano. A única possibilidade de o IPC tomar prejuízo é se Modiano não honrar o contrato. Se ele vendeu na primeira operação, como alega, debêntures no valor de 5,1 bilhões de cruzados e recebeu apenas 1,7 bilhão, é problema dele. Cabe uma indagação: que empresário receberia 1,7 bilhão e assinaria que vai pagar 5,1 bilhões? As respostas cabíveis são duas: ou precisava muito de fazer caixa e ofereceu desconto especial ou em verdade recebeu 1,7 bilhão e as obrigações da Eletrobrás, obtendo benefícios fiscais por conta do deságio, isto é, gerou prejuízo contábil e pagará menos Imposto de Renda. Esse problema contábil é do Modiano, a quem inclusive nem conheço. Ele é que tem de se explicar. O IPC saiu lucrando na operação.

O empresário Umberto Modiano diz que recebeu ameaças e teme por sua vida. Como o sr. encara essa declaração dele perante o Conselho Deliberativo do IPC?

GF — Não tenho a menor idéia. Deve ser mania de perseguição. Certamente está preocupado com a possibilidade de uma devassa fiscal em sua empresa. Não tenho nada a ver com isso. Na verdade, estou sendo o maior prejudicado com toda essa celeuma. O noticiário dos jornais não tem me poupado, inclusive com notícias habilmente plantadas por meus adversários políticos.

"Notícias são habilmente plantadas por meus adversários políticos"

O sr. então culpa os jornalistas?

GF — Não propriamente os jornalistas. Eles estão sendo abastecidos por meus adversários políticos, que aproveitam a oportunidade para me denegrir. Note, por exemplo, o que dizem a respeito de minha carreira militar. Foram plantadas notícias de que eu seria ligado a grupos de repressão. Ningu,em escreveu que fui reformado pelo AI-5 por ser ligado à ala nacionalista das Forças Armadas, liderada pelo general Albuquerque Lima, de quem eu era um dos principais colaboradores. Atuei abertamente na eleição indireta promovida entre os oficiais para escolher o substituto do presidente Costa e Silva. Ganhamos a eleição, mas Albuquerque Lima foi preterido, por ser general de três estrelas.

Mas o que se diz é que o sr. teria pertencido à linha dura, inclusive atuando em torturas a presos políticos.

GF — É uma not,icia plantada. Desafio qualquer pessoa a provar tal acusação. Basta pedir o testemunho do ex-prefeito de Miguel Pereira, Jos,e Antônio da Silva, pois ele foi um dos muitos presos pol,iticos que não sofreram tortura graças à minha intervenção pessoal. Jamais admiti que presos políticos sob minha responsabilidade fossem molestados. Sobre minha atuação nas Forças Armadas, sugiro que entrevistem o cel Tancredo Jubé coronel do Exército, o general Plinio Pitaluga ou o capitão Sérgio Carvalho, hoje deputado federal, o conhecido herói do grupo Pára-Sar. Podem entrevistar muitos outros, como o coronel Francisco Boaventura, que se recusou a participar de um atentado contra Carlos Lacerda e foi afastado do Exército. A lista de militares punidos e exilados políticos a quem ajudei é muito extensa. Outro dia, plantaram um notícia dessas na coluna **Informe JB** e o cineasta Nei Sroulevich enviou uma carta de protesto ao jornal, que foi publicada. Ele disse ter lido com tristeza a not,icia e revelou que, exilado político, somente conseguiu retornar ao País junto com outros companheiros, graças à ajuda que lhe dei. No Congresso, meu gabinete sempre foi utilizado como ponto de encontro dos militares cassados, que com o meu apoio lutaram pela anistia. Quando fui reformado pelo AI-5, reorganizei minha vida criando uma editora, na qual dei emprego a vários militares cassados, inclusive o coronel Francisco Boaventura.

Mas sua editora somente publicava livros escritos por militares. Talvez seja por isso que os jornalistas tenham criado essa imagem desfavorável a seu respeito.

GF — Isso é mais uma notícia plantada e que vive sendo repetida. Publiquei apenas dois ou três livros de militares, devido à sua importância histórica, como "A Revolução e o Governo Costa e Silva", do general Jayme Portella, um livro fundamental para o exame histórico do regime militar. Todas as demais obras publicadas pela Guavira nada têm a ver com a vida militar. Editei, por exemplo, "Gente da Madrugada", do compositor Bororó; "A Laje da Raposa", do senador Victorino Freire; "O Homem do Braço Só", sobre Natal da Portela, obra que foi transformada em filme por Paulo César Sarraceni; "A China Est,a Perto", do saudoso jornalista Flávio Costa; "O Petróleo E Nosso", do jornalista Peri Cotta, e uma grande quantidade de livros de poesia, sobre folclore, índios e temas técnicos, como estatística e mercado de trabalho. Publiquei também revistas mensais sobre agricultura, mineração e energia. Na editora trabalharam grandes jornalistas, como Tarcísio Holanda, Hamilton Alcântara, Xisto Bahia Filho, Humberto Vieira, Ubiratan de Lemos, Peri Cotta, Carlos Newton, Jáder Neves, Antônio Os,eas, Eugenio Viola, Paulo Roberto Peres, Antônio Calegari, Flávio Costa, Fred Suter, Alberto Nunes, Fernando Horácio e muitos outros.

Por que essas pessoas que são ligadas ao senhor, inclusive os militares cassados, ainda não se manifestaram em sua defesa, diante das notícias que vêm sendo publicadas?

GF — O telefone em minha casa não pára. Todos os meus amigos estão acompanhando atentamente o caso. Tenho certeza de que poderei contar com o apoio deles. O que tem ocorrido é que a direção do IPC, inadvertidamente ou não, permitiu a liberação de notícias desabonadoras e escandalosas a meu respeito. Mas esqueceu de liberar as notícias que me são favoráveis. Várias dúvidas a respeito de minha gestão no IPC já foram plenamente esclarecidas, mas não foi dada a devida divulgação aos fatos. A compra das debêntures do grupo Modiano, por exemplo, já está sendo considerada proveitosa para o IPC. O que está sendo examinado agora são os detalhes acerca da operação, que autorizei porque, repito, considerei altamente lucrativa para o IPC. E até agora ninguém provou o contrário. E jamais provará.

Como o sr. pretende reagir às acusações. É verdade que já contratou advogado para processar seus acusadores?

GF — É claro. Não apenas processar, mas também pedir outras punições, no âmbito do Legislativo. Minha assessoria está colecionando todas as notícias e comentários desabonadores publicados contra mim, para que, no momento oportuno, sejam tomadas as providências judiciais. Só estou esperando a conclusão da auditoria do IPC, para que fique totalmente esclarecida a lisura de minha administração.

A quem o sr. vai processar?

GF — Processarei todos os que não me concederam o benefício da dúvida, acusando e condenando o colega antes mesmo que apresentasse a defesa, que é um direito sagrado de todo ser humano. Mas no Brasil é ao contrário: as pessoas são consideradas culpadas até que provem ser inocentes. Já solicitei à presidência da Câmara a abertura de processo contra o deputado Fernando Gasparian, enquadrando-o por falta de decoro parlamentar, como prevê o artigo 162 do Regimento Interno. O enquadramento ocorre quando um deputado ofende publicamente a outro membro do Legislativo. Foi o que ocorreu. Assim que saíram as reportagens sobre o IPC, Gasparian distribuiu uma circular no Congresso, acusando-me de ter feito uma administração **ruinosa e criminosa**, pedindo minha expulsão do PMDB, antes mesmo que eu apresentasse minha defesa. Para mim, qualquer crítica partida de Gasparian é um elogio. Há um jornal no Rio que já nem mais escreve o nome de Gasparian. Sempre que se refere a ele, o jornalista Hélio Fernandes escreve simplesmente "o industrial falido fraudulentamente". O diretor da **Tribuna da Imprensa** já denunciou Gasparian por graves irregularidades, revelando que ele gastou uma fortuna para se eleger, com o único objetivo de obter imunidade parlamentar e evitar ser processado. Segundo Hélio Fernandes, Gasparian deve mais ao Banco do Brasil e à Previdência do que o Estado de Sergipe. Além do enquadramento por falta de decoro, vou processá-lo criminalmente por calúnia, crime para o qual ele não tem imunidade. E já pedi seu enquadramento ao Conselho de Ética do PMDB, por denegrir a imagem do partido.

A briga então está apenas começando?

GF — Exatamente. O que mais me impressiona é o fato de Gasparian ter conseguido ser eleito presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. Como diz o jornalista Hélio Fernandes, o primeiro ato de Gasparian na comissão deveria ser fiscalizar a si próprio, levantando sua falência fraudulenta na América Fabril. O pior dessa história, e que Gasparian ainda tem a audácia de se intitular coordenador da campanha eleitoral do Dr. Ulysses, que, decididamente, não merece essa afronta. Gasparian tenta obter notoriedade às minhas custas. Sua atuação parlamentar é inexpressiva. Gostaria que a imprensa fizesse uma comparação entre minha atuação parlamentar e a dele.

Esteja à vontade deputado, pode falar sobre os trabalhos que tem feito no Congresso. Como foi sua atuação na Constituinte?

GF — Fui um dos parlamentares de maior índice de aproveitamento. Apresentei mais de 80 emendas e consegui aprovar quase a metade. O artigo que proíbe a acumulação de cargos públicos, por exemplo, foi apresentado por mim, que fui autor de praticamente todo o capítulo da Constituição que se refere ao Servidor Público. Propus tamb,em a nacionalização da mineração, a proteção ao meio ambiente, a defesa das comunidades ind,igenas, a anistia aos militares cassados pela Revolução e muitas outras emendas de importância.

E na legislatura anterior, de 83 a 87, o que o sr. fez na Câmara?

GF — Como você sabe, o primeiro mandato é sempre de adaptação. Mesmo assim, consegui ter uma atuação destacada. Apresentei alguns projetos, como o de defesa da m,usica brasileira e apoio à cultura popular. Mas o trabalho mais importante foi nas comissões e no plenário. Fui relator da CPI do IAA, em que denunciamos o prejuízo de 6 bilhões de dólares saídos dos cofres públicos. Apontamos, também, o caso das notas frias do Proálcool. Nas conclusões da CPI, pedimos o enquadramento criminal dos envolvidos. Mas a Procuradoria Geral da República, à qual cabe a abertura dos processos, não tomou as providências. Fui tamb,em relator da comissão que analisou o caso Reynolds, que permitiu a adoção no País da tecnologia da fabricação de embalagens de alumínio, sem a qual as exportações brasileiras de bebidas ficariam inviabilizadas. Mas considero que minha participação mais importante foi em plenário.

Como assim?

GF — Fiz muitos discursos no chamado pinga-fogo e alguns pronunciamentos no chamado grande expediente, em que abordei três assuntos que considero de segurança nacional: dívida externa, evasão de divisas no setor marítimo e o uso da informática pela comunidade de informações para controlar a sociedade civil. O discurso sobre informática foi publicado por toda a chamada grande imprensa, devido à sua vital importância. Estávamos no final do governo Figueiredo e o poder seria devolvido aos civis. Foi então armado o grande golpe pela comunidade de informações, destinado a manter a sociedade civil eternamente subjugada aos militares. O instrumento foi o projeto da reserva de mercado para informática, enviado ao Congresso pelo Governo. Ao examinar atentamente o projeto, descobri que, sob o manto da reserva de mercado, estava encoberta a submissão do País ao jugo do Conselho de Segurança Nacional. Para garantir a aprovação dessa monstruosidade jurídica, eles introduziram o mesmo dispositivo, redigido de forma dissimulada, em dois artigos diferentes.

"Apresentei mais de 80 emendas, e consegui aprovar quase a metade"

E o que aconteceu?

GF — Subi à tribuna e fiz um discurso de denúncia à Nação, apontando o golpe armado contra a sociedade civil. O plenário estava lotado e reagiu com surpresa. Percebi, então, que praticamente todos os parlamentares iam aprovar o projeto na íntegra, porque não haviam lido com atenção todos os dispositivos. Sabiam que se tratava de reserva de mercado e achavam a proposta válida, sem se aprofundarem no tema. Eu também era a favor da reserva de mercado, mas não me deixei iludir pelas aparências. O projeto do Governo foi alterado, mantendo-se a reserva de mercado, mas extirpando do texto todos os dispositivos ardilosos. Desde essa época, passei a analisar atentamente toda proposta que vai à votação. Às vezes, consulto especialistas no tema, se for o caso. Sei que muitos parlamentares também passaram a proceder assim. E justamente isso que me anima. Sei que fiz uma excelente administração no IPC e nem haverá processo contra mim. Antes que isso aconteça, todos os deputados já terão tomado conhecimento de minha defesa. A,i, então, passarei à ofensiva, processando todos aqueles que me condenaram antes da apresentação da defesa.